



Assembleia Municipal

ACTA Nº 06

Acta da Assembleia Municipal de Alpiarça – Reunião Ordinária, realizada no dia 30 de Abril de 2010

Aos 30 dias do mês de Abril de 2010 reuniu em sessão ordinária no Auditório da Câmara Municipal de Alpiarça a Assembleia Municipal de Alpiarça, na presença de todos os seus membros. A saber: Mário Raul Santiago do Céu, Ana Paula Agostinho Matias, João Vasco Rodrigues Peixinho, Maria Graciete Agostinho Brito, Joaquim Augusto P. Pais de Azevedo, Ana Margarida Vences Rosa do Céu, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Fernando Manuel Pereira Ramalho, Inês Nóbrega D'Aguiar, Paulo Duarte Paulino Sardinheiro, João Manuel de Jesus Brito, Lúcio António Vieira Amaral, Henrique Miguel Caetano Santana, Joana de Brito Monteiro Serrano, Marco António Heleno Domingos da Silva e Miguel Ângelo Lopes Eusébio. Estiveram ainda presentes os vereadores Regina Ferreira, Luís Garrotes, Mário Peixinho e Carlos Pereira, bem como o Presidente da Câmara, Mário Pereira.

Período de Intervenção do Público

O Presidente da Mesa, Mário Santiago, iniciou os trabalhos dando autorização para a recolha das inscrições para a intervenção do público.

Interveio em primeiro lugar o munícipe Eduardo Costa, que alertou para o estado deplorável em que os trabalhos para a instalação da rede de

gás natural deixam as ruas de Alpiarça. O munícipe lembrou que os trabalhos são financiados a fundo perdido pela União Europeia e que esta podia ser uma boa oportunidade para melhorar a vila a nível urbanístico em vez de a deixar em pior estado, como acontece depois da intervenção a que as ruas são sujeitas. O munícipe alertou também para o que considera ser um défice de fiscalização de obras por parte da Autarquia, o que pode levar

a situações de riscos, e para o facto de não existir em Alpiarça nenhum local destinado à colocação de entulho, o que leva à criação de lixeiras ilegais.

Por último, em relação a política de segurança, o munícipe questionou a Assembleia sobre o tipo de medidas de coordenação existentes entre as forças de segurança e os órgãos autárquicos. O munícipe pretendia saber nomeadamente se existem reuniões periódicas entre estas duas entidades no sentido de definir critérios operacionais ou partilha de preocupações. Posto o que passou a apresentar alguns exemplos do que considera serem medidas operacionais descabidas levadas a cabo pela GNR de Alpiarça dentro da vila.

Interveio em seguida o munícipe Ricardo Hipólito manifestando o seu apreço pela homenagem integrada nas comemorações do 25 de Abril, levada a cabo pela Assembleia Municipal, e que pretendia manifestar o reconhecimento da comunidade pelos alpiarcenses que se destacaram pela sua luta anti-fascista em prol da democracia. O munícipe manifestou ainda o seu apreço pelo trabalho desenvolvido ao longo dos anos pela equipa da Biblioteca Municipal em prol da cultura e em particular pela organização das comemorações do Dia Mundial da Poesia com uma iniciativa inédita em todo o país. Em seguida, o munícipe perguntou sobre o que se estaria a passar com o projecto Ripidurable, no Paul da Goux e quais as perspectivas de futuro desse projecto. Por último, o munícipe manifestou as suas preocupações ambientais, lembrando a reivindicação da CDU, estando na oposição, no que toca à falta de resposta na recolha de resíduos agrícolas, esperando por isso que agora a CDU, estando em maioria, proceda de forma que o município seja reconhecido pelas suas boas práticas ambientais.

Terminadas as intervenções, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara que respondeu às questões colocadas pelos munícipes.

O Presidente começou por responder ao munícipe Eduardo Costa, dizendo que se revê nas preocupações por ele manifestadas e que reconhece a descaracterização urbanística de que Alpiarça tem sido alvo nos últimos anos, com alguns edifícios em elevado grau de degradação, acentuando que nos últimos meses a Câmara tem sido obrigada a intervir nalgumas situações, nomeadamente em termos de demolições, e que estas só aconteceram porque existe efectivamente alguma fiscalização por parte da Autarquia. No entanto, o Presidente não deixou de reconhecer que o Gabinete Técnico da Câmara Municipal de Alpiarça é muito exíguo em termos de meios humanos.

Em relação ao problema dos entulhos, o Presidente reconhece que a realidade é preocupante, adiantando que neste momento já se deram alguns passos no sentido de solucionar o problema, podendo a solução passar pela disponibilização por parte do município de um espaço indicado para o efeito, tal como o munícipe sugeriu. Ao mesmo tempo, o Vereador Mário Peixinho já efectuou contactos com empresas eventualmente interessadas em fazer este tipo de recolha e posterior transformação.

No que toca ao rasgar das ruas de Alpiarça para instalação do gás natural e também de algumas condutas de água, o Presidente reconheceu que muitas vezes não há o devido cuidado em repor a pavimentação nas devidas condições por parte das empresas que levam a cabo estes trabalhos, ainda que a isso sejam obrigadas. Sobre os financiamentos para a realização deste tipo de obras, o Presidente adiantou que eles existem mas não a fundo perdido, dado que exigem sempre participações por parte da Câmara caso esta pretenda requalificar as áreas onde se procedem a este tipo de trabalhos, sendo que a Autarquia de Alpiarça não está neste momento em condições de dar essa resposta financeira.

No entanto, o Presidente não deixou de frisar que sempre que existir a oportunidade de aproveitar os fundos comunitários para requalificações urbanísticas, a Câmara não deixará de os aproveitar.

Relativamente às relações da autarquia com as forças de segurança a actuar no município, o Presidente informou que tem havido a preocupação de dotar Alpiarça de melhores condições para corresponder às necessidades das populações, nomeadamente através de um esforço na tentativa de conseguir mais efectivos para Alpiarça e um novo quartel. Afirmou terem decorrido diversas reuniões com o comandante da GNR em Alpiarça em que foram tratadas algumas situações concretas, e que nos próximos tempos se definiriam linhas orientadoras mais gerais. Sobre a actuação da GNR, o Presidente disse tratar-se de uma questão que poderá levar ao conhecimento do comandante do posto, mas que não iria comentar.

Os enaltecimentos feitos pelo munícipe Ricardo Hipólito foram, em seguida, secundados pelo Presidente. Sobre a questão dos lixos agrícolas, o Presidente afirmou que já se efectuaram algumas diligências, nomeadamente a realização de uma reunião entre a ResiUrb, empresa intermunicipal que recolhe esses resíduos, e a autarquia, e com a notificação, aquando da iminência de cheias, dos agricultores para procederem à retirada dos plásticos existentes nos seus terrenos.

Sobre a questão do Ripidurable respondeu o Vereador Mário Peixinho, dizendo que o projecto não está morto, pelo contrário, a Dr.^a Ana Mendes, responsável pelo projecto continua a deslocar-se constantemente a

Alpiarça, e, segundo ela, o projecto está quase concluído, faltando apenas os pormenores finais.

Actas

Passou-se à discussão e votação da acta da Assembleia Municipal de 19 de Fevereiro de 2010.

Intervenção da deputada Graciete Brito realçando o facto de não serem os secretários da Assembleia a fazerem as actas das sessões, ao contrário do que acontecia quando a deputada desempenhava essas funções. Sugeriu ainda algumas alterações de redacção.

O Presidente da Mesa aceitou as propostas de alteração de ordem formal. Quanto ao facto de não serem os secretários a redigir a acta, o Presidente afirmou tratar-se de uma prática recorrente em vários municípios e que já acontecia no anterior mandato.

Com as devidas correcções, a acta foi posta à votação, tendo sido aprovada por maioria com uma abstenção do deputado Fernando Ramalho.

O deputado fez declaração de voto, justificando a sua orientação de voto na sua ausência na última sessão.

Período Antes da Ordem do Dia

Interveio em primeiro lugar a deputada municipal Joana Serrano que leu um voto de protesto pela falta de consideração que o Ministro das Finanças demonstrou em relação aos eleitos autárquicos para a Junta de Freguesia ao utilizar o termo "jobs for the boys".

O deputado Fernando Ramalho manifestou o seu repúdio em relação às declarações do ministro. Acrescentando que em Alpiarça nunca tivemos "boys" na Junta de Freguesia, até porque nunca até agora houve um Presidente de Junta em Alpiarça que recebesse vencimento ou que tivesse apresentado proposta para receber vencimento. Assim, apesar de concordar com o repúdio às palavras do Ministro, o deputado declarou que se iria abster nesta votação, já que não concorda com o teor geral do protesto e com algumas considerações que não lhe parecem muito acertadas.

Intervenção do deputado Celestino Brasileiro que se solidarizou com o voto apresentado pela Presidente da Junta de Freguesia. Corrigiu ainda o deputado Fernando Ramalho, lembrando que já os últimos presidentes de Junta recebiam a meio-tempo.

Posto à votação, o voto de protesto foi aprovado por maioria com 6 abstenções da bancada do PS.

Intervenção do deputado Marco Silva que apresentou, em nome da Bancada da CDU, um voto de saudação pelas comemorações do 25 de Abril em Alpiarça.

Sobre esta moção pronunciou-se a deputada Graciete Brito, dizendo que, conquanto concorde com o teor desta moção, entende que tendo havido uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal para comemorações do 25 Abril, não se justifica que se volte a enaltecer o assunto havendo tantos outros a tratar.

Interveio em seguida o deputado Fernando Ramalho que afirmou concordar com a generalidade do documento, fazendo a ressalva de que em Alpiarça se estaria a tentar branquear os acontecimentos imediatamente posteriores ao 25 de Abril que para o deputado não foram de saudosa memória, tendo-se assistido à destruição do aparelho produtivo, às ocupações selvagens, ao roubo de bens, às perseguições pessoais, etc., situação que se agudizou em Alpiarça no período do Verão Quente. O deputado lembrou ainda a luta do Partido Socialista da época para que hoje existisse liberdade sindical, ao contrário da proposta do PCP que pretendia que todos os sindicatos estivessem filiados a uma central sindical.

Intervenção do deputado Celestino Brasileiro afirmando que na sua opinião falar do 25 de Abril nunca é uma perda de tempo.

Posto à votação, o documento foi aprovado por maioria com três abstenções dos deputados João de Brito, Fernando Ramalho e Joaquim Pais de Azevedo.

Intervenção do deputado Lúcio Amaral que colocou duas questões ao Executivo. A primeira dizia respeito ao andamento e possíveis novidades no processo de Revisão do PDM e a segunda dizia respeito ao depósito de água do Frade de Cima e da dívida da Câmara aos proprietários do terreno onde está instalado o depósito, situação que se arrasta há mais de 20 anos.

Intervenção da deputada Ana Margarida do Céu questionando o Executivo sobre as iniciativas previstas por parte da Câmara para as comemorações do centenário da República e sobre o ponto de situação em que se encontram as obras na Casa dos Patudos.

Intervenção do deputado Henrique Santana que leu uma moção de saudação pelas comemorações do Dia do Trabalhador.

Procedeu-se à votação do documento, tendo sido aprovado por maioria com uma abstenção do deputado Joaquim Pais de Azevedo.

Intervenção do deputado Celestino Brasileiro que saudou a forma como decorreram as comemorações do 25 de Abril em Alpiarça e a iniciativa “Limpar Portugal”, que contribuiu para uma maior consciencialização dos problemas ambientais, bem como para a redução em algumas toneladas dos resíduos existentes em Alpiarça. O deputado mostrou também a sua satisfação pelas intervenções dos munícipes no início da sessão, coisa que não podia acontecer no anterior mandato e que considera contribuir para uma democracia mais participada.

Interveio em seguida o deputado Paulo Sardinheiro que leu um voto de congratulação pela concretização do plano de investimentos previstos para o município de Alpiarça a levar a cabo pela empresa Águas do Ribatejo.

O deputado pediu ainda um ponto de situação sobre as obras da Casa dos Patudos e do Centro Escolar. Sobre a recém-criada sociedade de Reabilitação Urbana para o Distrito de Santarém, o deputado perguntou se a Câmara está a fazer planos de integrar esta sociedade e de que forma.

O Presidente da Mesa colocou o voto de congratulação à votação, tendo sido aprovado por maioria com 9 abstenções dos deputados eleitos pela CDU.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho para leitura de uma moção de congratulação pela visita do papa Bento XVI a Portugal, seguida da apresentação de uma proposta por parte da bancada do PS para participação ao Ministério Público das alegadas irregularidades de gestão da responsabilidade do anterior Executivo.

O deputado João de Brito manifestou a sua intenção de votar desfavoravelmente o voto de congratulação pela visita do papa, já que num momento de crise económica como o que vivemos, os milhares de euros gastos neste evento representam um desperdício intolerável.

O voto de congratulação pela visita do papa foi aprovado por maioria com um voto contra do deputado João de Brito e 7 abstenções dos deputados Joana Serrano, Miguel Eusébio, Celestino Brasileiro, Inês D’Aguiar, João Vasco Peixinho, Paula Matias e Mário Santiago.

A propósito da proposta apresentada pelo deputado Fernando Ramalho, a deputada Inês D’Aguiar congratulou-se por finalmente os eleitos do Partido Socialista terem reconhecido o resultado da sua gestão danosa e por finalmente reconhecerem a situação muito complicada deixada pelo PS à CDU. No entanto, considera não se justificar esta participação, já que tem plena confiança neste Executivo e na sua capacidade para encontrar a melhor solução para a situação difícil da Autarquia.

Intervenção da deputada Graciete de Brito que contrapôs a afirmação da deputada Inês D'Aguiar, já que o sentido da proposta do PS não é o de admitir uma gestão danosa por parte dos anteriores Executivos, mas o de demonstrar que o Partido Socialista está de consciência tranquila.

O documento foi reprovado por maioria com uma abstenção do deputado João de Brito e 9 votos contra da bancada da CDU.

O deputado João de Brito fez declaração de voto justificando a sua abstenção na sua desconfiança em relação à justiça portuguesa, pelo que essa investigação seria improfícua.

Intervenção do deputado João de Brito que congratulou a Autarquia pela organização da sessão solene da Assembleia Municipal comemorativa do 25 de Abril, ao mesmo tempo que fez um reparo a algumas intervenções por parte dos homenageados nessa sessão, que classificou de demasiado agressivas.

O deputado continuou perguntando por novidades no que toca ao problema da emissão de ruídos pelos bares da zona do Centro Cívico da Vila, bem como em relação ao diferendo entre a Câmara Municipal de Alpiarça e a Fundação José Relvas a propósito do Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS).

Terminadas as intervenções, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Executivo, na pessoa do Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos deputados.

O Presidente começou por explicar que o PDM tem estado parado. Lembrou que o anterior executivo não tinha feito a adjudicação da segunda fase de revisão, sobretudo a parte que correspondia à componente ambiental. Acrescentou que entretanto tem havido contactos com a PROGITAP, empresa que está a proceder à revisão, e que o processo irá decorrer normalmente durante as próximas semanas.

Sobre a questão do depósito da água do Frade de Cima, o Presidente afirmou ter conhecimento informal do problema, acrescentando que tanto quanto sabe o processo estava na posse no antigo gabinete jurídico da autarquia, tendo agora transitado para o novo gabinete jurídico, pelo que se trata de um assunto que está em lista de espera para análise, devendo em breve ser analisado.

Em relação às iniciativas para as comemorações do Centenário da República, o Presidente explicou que de facto existiam já uma série de actividades programadas pelo anterior Executivo, como por exemplo a

reedição das Memórias Políticas do José Relvas ou a edição da correspondência do José Relvas como Ministro dos Negócios Estrangeiros, ou a organização de uma exposição itinerante, etc. Entretanto, foram encetadas diligências junto do Professor João Serra, coordenador da Casa dos Patudos, no sentido de se poder preparar em conjunto um programa abrangente que envolva a comunidade, as colectividades e as escolas. O Presidente adiantou que se preparará iniciativas para o final do mês de Outubro, coincidindo com o aniversário da morte de José Relvas, já que as comemorações da República acabarão por se centralizar em Lisboa. Para essa altura estão a preparar-se conferências, exposições, etc. O Presidente frisou ainda que esta efeméride impunha-se como um bom pretexto para lançar de uma forma mais intensa o estudo e o conhecimento da nossa história local, tendo já sido convidadas a colaborar nesse objectivo personalidades de Alpiarça com responsabilidades nessa área.

No que respeita às obras dos Patudos, o Presidente começou por lembrar que a candidatura ao financiamento foi lançada tardiamente em relação ao lançamento da obra, o que, devido aos procedimentos legais implicados no processo, impossibilitou a Câmara de Alpiarça de pagar à empresa que estava no terreno, o que levou a um abrandamento do ritmo dos trabalhos. Entretanto, com a candidatura aprovada, os trabalhos voltaram ao ritmo normal. O Presidente adiantou ainda que o financiamento para esta obra ainda não está garantido, uma vez que este está ainda dependente do excepcionamento que a Câmara vai ter de pedir para poder contrair empréstimo para pagar a sua comparticipação.

A situação no novo Centro Escolar é diferente, faltando apenas o visto do Tribunal de Contas, e estando já assegurado o excepcionamento para a comparticipação camarária.

Em relação às sociedades de reabilitação urbana de âmbito intermunicipal, o Presidente explicou que a adesão das várias autarquias da Lezíria estava dependente da aprovação de uma área de reabilitação urbana em reunião de Câmara e em Assembleia Municipal. Esta área já está definida para o Concelho de Alpiarça e será apresentada em breve; depois proceder-se-á à recuperação dos edifícios degradados que se insiram dentro dessa área de acção. Já em relação ao financiamento, existem ainda muitas dúvidas que têm de ser esclarecidas.

Respondendo à questão sobre o CLDS, o Presidente explicou que todas as tentativas de entendimento com a Fundação José Relvas foram rejeitadas por esta entidade, pelo que não restará outra alternativa a não ser procurar outra entidade com capacidade para coordenar este projecto. A decisão da Fundação já foi comunicada ao Conselho Local de Acção Social, e será no seio desta entidade que se decidirá quais os próximos passos a dar.

O Presidente não quis deixar de acentuar que tudo foi feito por parte da Autarquia para que pudesse haver um entendimento e não deixar cair este projecto.

O Presidente manifestou ainda o seu desacordo em relação às afirmações do deputado Fernando Ramalho sobre os acontecimentos posteriores ao 25 de Abril de 1974. O período a que o deputado se reporta foi um período de grande tensão da história portuguesa em que o povo português se mobilizou para a defesa da Revolução e da Democracia, já que as forças derrotadas em 25 de Abril de 1974 estavam a reagrupar-se e a tentar reconquistar o poder sob a tutela do General Spínola, Presidente da República de então. Da mesma forma, a destruição do aparelho produtivo era uma proclamação totalmente falsa dessas mesmas forças que tentavam recuperar o poder a 28 de Setembro de 74 e que se tentaram envolver com os EUA, que negociaram com a CIA e outras potências estrangeiras. Quanto à unicidade sindical, o Presidente recorda as vantagens que representavam para as forças reaccionárias a divisão sindical, pelo que estão justificadas as tentativas de fragmentação do movimento sindical. O Presidente lembrou que a Reforma Agrária estava também prevista no programa político do PS e do PPD, embora a prática nunca tenha correspondido à teoria.

Sobre a questão do ruído dos bares respondeu o Vereador Carlos Pereira, informando que se tinha reunido com os proprietários, tendo-lhes comunicado nessa altura as preocupações da população e alertado para o problema do ruído, das entradas de menores e do consumo de álcool. Foi-lhes dado um prazo de 30 dias para procederem às obras necessárias à resolução do problema, findo o qual se procederá a uma nova avaliação de ruído, que legitimará as medidas que na altura se considerarem oportunas.

O deputado João de Brito pediu a palavra em defesa da honra. Para o deputado este momento é propício ao entendimento mútuo em prol de Alpiarça, deixando para trás o passado mais turbulento e esquecendo os ódios que se foram criando.

O deputado Fernando Ramalho pediu a palavra em defesa da honra da sua Bancada afirmando concordar com o que disse o deputado João de Brito. Para o deputado, já era altura de se esquecer os exageros ideológicos, as malfetorias praticadas, e de tentar pensar apenas e só em Alpiarça. Assim como já era altura de tentarmos não pôr a nossa ideologia à frente de tudo, inclusivamente dos interesses de Alpiarça, tendo sempre presente que nem toda a gente é obrigada a professar a mesma ideologia ou a rever-se nesse ideário. No entanto, assiste-se ao incitamento do ódio, ao revivalismo, à sacralização do que de pior teve o movimento revolucionário em Portugal, à elevação de Alpiarça a bastião do comunismo em Portugal, situações que dividem os alpiarcenses.

O Presidente da Câmara voltou a intervir, pedindo eventuais desculpas se das suas palavras se pôde depreender o incitamento ao ódio, sentimento que afirmou não nutrir, o que é facilmente comprovável junto de quem o conhece.

Antes de entrar no período da Ordem do Dia, o Presidente da Assembleia informou a Assembleia de que tinha recebido o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, dando conhecimento de que o Município de Alpiarça, no ano de 2008, era o 33º município, entre 308, que tinha o menor grau de execução de receita cobrada em relação à receita liquidada. Se se contar apenas os municípios de menor dimensão, entre os 180 municípios, Alpiarça ocupava a 14ª posição para menor grau de execução da receita. Em relação aos municípios que apresentam maior peso nas despesas com o pessoal nas despesas totais, entre 308 municípios, Alpiarça apresentava-se no 14º lugar. Já no ratio dos municípios com pior índice de endividamento líquido, Alpiarça encontrava-se em 21º lugar em relação ao ano de 2008. Em relação aos municípios de pequena dimensão, conjunto onde se insere o nosso município, Alpiarça ocupava a 9ª posição. Dos municípios com maior índice de dívida a fornecedores, Alpiarça ocupava o 32º lugar. Sendo estas as contas de 2008, e tendo em conta o agravamento que se deu em 2009, pode-se ter uma ideia aproximada da grave situação financeira em que se encontra o Município de Alpiarça.

Período da Ordem do Dia

Ponto 1 – Informação Escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da Actividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea e) do nº 1 do artº 53 de Lei nº 5-A/02 de 11 de Janeiro.

O Presidente da Câmara fez uma síntese do documento (apenso à acta) em discussão.

A deputada Graciete Brito questionou sobre a reunião tida a 18 de Fevereiro com a CoopLisboa sobre a AgroAlpiarça. Por outro lado, a deputada comentou que estranhou o regozijo que o Presidente transpareceu ao apresentar as obras a levar a cabo pela empresa Águas do Ribatejo em Alpiarça, já que ainda hoje se viu a bancada da CDU abster-se numa votação sobre essa mesma empresa, pelo que pediu ao Presidente que explicasse como é que a Câmara levaria a efeito estas obras de construção de estações elevatórias se Alpiarça não tivesse aderido a esta empresa. A deputada pretendeu também conhecer o teor das reuniões com a IGAL e

com a POC-Alentejo, bem como saber se já existe relatório da inspecção da IGAL e quais os procedimentos para a contratação da empresa POC-Alentejo para a realização de auditoria às contas da Câmara. A deputada referiu que fez uma pesquisa na Internet sobre esta empresa e que ficou surpreendida por se tratar de uma empresa que trabalha maioritariamente para câmaras comunistas.

Interveio o deputado Paulo Sardinheiro que questionou sobre a dívida à ADSE, registada a 29 de Abril de 2010. O deputado lembrou que a dívida remonta aos anos 80 do século passado e que a determinada altura foi feito um plano de pagamentos mensais a essa entidade, facto que não lhes permite partirem do princípio de que a Câmara não tem intenção de pagar a dívida. Partindo deste pressuposto, e tendo em conta que neste momento quanto maior forem as contas registadas maior será o corte da receita, o deputado comentou que talvez fosse mais vantajoso para a Câmara não assumir a dívida por inteiro. Até porque, partindo do princípio de que os anteriores executivos agiram de boa fé, haverá pressupostos que levaram à não consideração nas contas desta quantia de dívida. O deputado entende que este excesso de zelo nas contas é prejudicial para o Município neste momento.

Interveio em seguida o deputado Celestino Brasileiro que explicou que o sentido de voto da sua bancada relativamente às Águas de Ribatejo se deveu a uma questão de coerência, já que toda a gente sabe qual é a posição da CDU relativamente à participação de Alpiarça nesta comunidade intermunicipal. Relativamente à questão da deputada Graciete Brito, o deputado lembrou que durante muitos anos não existia a empresa Águas do Ribatejo e não foi isso que impediu que se fizesse um investimento de milhões de contos na rede de esgotos de na rede de água.

O Presidente da Câmara tomou a palavra para responder às questões colocadas pelos deputados. Sobre a questão das Águas do Ribatejo, o Presidente explicou que se limitou a dar conta de um facto. Em relação à questão política subjacente, o Presidente remeteu para a resposta dada pelo deputado Celestino Brasileiro.

Em relação à reunião com o inspector da IGAL que esteve em Alpiarça a fazer uma inspecção ordinária, o Presidente explicou tratar-se apenas de uma reunião informal em que o inspector aproveitou para se despedir do Executivo. O relatório relativo à inspecção será produzido e enviado posteriormente à Câmara Municipal para análise e eventual contestação de alguns factos.

Sobre o processo de contratação da empresa POC-Alentejo, o Presidente explicou que se procedeu por ajuste directo, opção que se

enquadra nas competências do Presidente da Câmara. Acrescentou ainda que esta empresa trabalha tanto com câmaras da CDU como com câmaras do BE, Grupos de Cidadãos Independentes, PS ou PSD.

O Presidente respondeu em seguida à questão sobre a dívida à ADSE. Trata-se de uma dívida que vem dos anos 80, no valor de 567 mil euros, e diz respeito a comparticipações da Câmara por serviços de saúde prestados aos seus funcionários. Já quanto ao facto de a dívida estar ou não registada, o Presidente lembrou que ela foi sempre lançada até 1997, tendo deixado de constar nas contas a partir de 1998, já com Executivo PS. Tendo em conta que a dívida não deixou de existir porque não foi paga, ela tem obrigatoriamente de aparecer nas contas do município.

Por último, o Presidente passou a palavra ao Vereador Mário Peixinho que respondeu à questão relativa à AgroAlpiarça. Segundo o Vereador, a AgroAlpiarça encontra-se numa situação difícilíssima que se explica na incapacidade que sente de vender metade do vinho que produz a um preço justo. Sendo o Vereador, por nomeação do Executivo, o representante da Câmara na AgroAlpiarça, decidiu iniciar alguns contactos com o propósito de salvar a Cooperativa da situação em que se encontra. Um dos contactos realizados foi precisamente com a CoopLisboa, que tem uma série de lojas na área da Grande Lisboa, no sentido de esta cooperativa começar a comercializar vinhos da AgroAlpiarça, conjuntura que ficou assegurada, embora ainda não na quantidade que se deseja. O Vereador acrescentou ainda que fez contactos com um empresário que faz importações e exportações para a China, que é um dos futuros grande consumidores de vinhos portugueses, bem como contactos com empresas da zona de Braga. O Vereador terminou dizendo que nenhuma destas diligências seriam necessárias se os anteriores Executivos não tivessem afundado a cooperativa, já que em 1997 a dívida desta entidade era de 150 mil euros, com produção de vinhos suficiente para pagar toda a dívida. Passados 12 anos, a dívida passou para 870 mil euros, vendeu-se mais de metade do património para pagar parte da dívida, já que ela era ainda maior, e pagaram-se ordenados na ordem dos 2.500€ mensais para fazer este trabalho.

Ponto 2 – Apreciação e Votação da Minuta do Protocolo de Competências da Câmara Municipal de Alpiarça para a Junta de Freguesia de Alpiarça.

Intervenção da deputada Graciete Brito que afirmou tratar-se de um protocolo com alguma ambiguidade já que não delimita claramente as competências de cada uma das entidades envolvidas. No entanto, a deputada afirmou que iria dar o benefício da dúvida, pelo que ia votar favoravelmente a esta proposta. A deputada aproveitou para referir que o

Parque do Carril está muito mal cuidado, situação que devia ser corrigida, tanto mais que esse espaço começa a ser muito frequentado com a vinda do bom tempo.

Interveio em seguida a deputada Inês D'Aguiar afirmando não concordar com as críticas da deputada Graciete Brito, já que entende que o protocolo não oferece dúvidas de interpretação. Acrescentou ainda que, apesar de a Junta de Freguesia só há poucos meses ter começado a intervir nos espaços verdes, já se nota uma grande melhoria.

Intervenção do deputado Celestino Brasileiro reforçando a intervenção anterior.

Tomou a palavra o Vereador Mário Peixinho, que justificou a falta de tratamento no Parque do Carril nas fortes chuvadas que se fizeram sentir, o que impossibilitou as intervenções que se pretendiam fazer nesse espaço. No entanto, assim que as condições o permitiram, realizaram-se trabalhos de reparação e cura com monda química, ficando apenas a faltar os acabamentos finais. O Vereador informou ainda que se vão construir sanitários públicos na Barragem dos Patudos e proceder a trabalhos de requalificação no Parque de Campismo.

Posto à votação, a minuta de protocolo foi aprovada por unanimidade.

Ponto 3 – Apreciação e votação do Logotipo do Serviço Municipal de Protecção Civil.

O Presidente da Câmara fez a contextualização deste ponto, explicando que se trata de uma adaptação do símbolo da Autoridade Nacional de Protecção Civil, trabalho levado a cabo pelo Gabinete de Protecção Civil da Câmara.

Posto à votação, o logótipo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 4 – Apreciação e votação do Relatório de Gestão de 2009 e documentos de Prestação de Contas de 2009.

O Presidente da Câmara começou por contextualizar este documento, lembrando que este é o primeiro relatório de contas apresentado por este Executivo, mas a sua responsabilidade nos factos que dão origem a este relatório é muito escassa. Este é, segundo o Presidente, um relatório de contas que tenta ser o mais objectivo e transparente possível, incluindo nas despesas e nas receitas o que deve ser incluído e não ocultando nenhum facto consumado, prática que não era considerada anteriormente. Não há assim qualquer dramatização da situação, já que as contas reflectem apenas a verdade.

O Presidente referiu-se à relação entre as receitas e o endividamento a médio e longo prazo, que actualmente é de 0,86, valor positivo, mas que não reflecte a realidade uma vez que o PREDE, programa do governo que prevê a contracção de empréstimos bancários por parte das autarquias para pagamento de dívidas a fornecedores, entra nas contas como receita, mas que, em boa verdade, se trata da contracção de uma nova dívida com vista ao pagamento de dívidas mais atrasadas. Se colocado do lado das despesas, este novo empréstimo contribuía para que a Câmara tivesse um ratio de endividamento negativo. Em relação ao ratio 1997, que era de 1,22, e que foi usado várias vezes como argumento contra a gestão da CDU pelo Executivo PS, o Presidente afirmou que parte da dívida de então incluía a dívida ao antigo Fundo Fomento de Habitação na ordem dos 100 mil contos para construção habitações sociais. Entretanto o FFH acabou e essa dívida foi posta sob a égide da Caixa Geral de Depósitos (CGD), com juros muito mais caros, não obtendo concordância por parte da maior parte das autarquias, que decidiram não pagar. Ao tomar posse, o Executivo socialista negociou a dívida com a CGD, ao contrário do que fizeram algumas autarquias que confiaram que esta questão podia ter uma solução política, e a dívida passou de 713 mil contos para 290 mil contos, o que faz com que, em termos práticos, o ratio fosse de 0,59 no início da gestão socialista em 1998 e não os tais propalados 1,22. Assim, pelas contas do Presidente, o endividamento *per capita* em 1997, para uma população de 7.450 habitantes, era de 269€, e em 2009, para uma população de 8.235 habitantes, é de 914€, o que representa uma evolução na casa dos 375%.

Intervenção do deputado Paulo Sardinheiro que relevou o facto de, no período compreendido entre Janeiro de 1998 e Dezembro de 2008, ter-se realizado um investimento de 44 milhões de euros em Alpiarça. Realçou também o facto de, no mesmo período, as receitas do município terem totalizado 78 milhões de euros, o que significa que 56% das receitas foram gastas em investimento. Nesse sentido, o deputado entende que é importante ver as contas da perspectiva da criação de valor, tal como aconteceu neste período em que se fez muita obra. Assim, em vez de se repartir a dívida por cada munícipe, pode-se fazer as contas aos activos que cada munícipe dispõe neste momento.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho, afirmando que neste relatório constam verbas que não se devem e que aparecem ali como dívidas, no que se traduz numa clara intenção de aumentar a dívida. O deputado exemplificou com a dívida à ADSE, que só agora surge porque foi detectada na auditoria que a Câmara encomendou, e que remonta aos anos 80. O deputado sugeriu que uma dívida com 30 anos poderá ter já prescrito, já que todas as dívidas têm prazo de vida. Além desta dívida, consta no relatório que há dívidas que agora foram descobertas no valor de

381 mil euros e que estão vencidas há mais de um ano e até 15 anos. O deputado assegurou que em 15 anos há espécies de dívidas que prescrevem, pelo que seria interessante saber se em toda esta dívida não há alguma que tenha prescrito. Ainda sobre a dívida à ADSE, o deputado lembrou que por alguma razão essa dívida deixou de aparecer nas contas a partir de 1998 e que daí não resultou nenhum mal à Câmara. Assim, e tendo em conta que a dívida não deverá ser paga no próximo ano, talvez pudesse continuar a não aparecer nas contas.

O deputado referiu também outras dívidas que se prendem com decisões judiciais. Uma delas, a uma cooperativa de Alpiarça, nem sequer está transitada a 31 de Dezembro de 2009. Nessa data, a Câmara tinha sido notificada há apenas 2 dias da decisão do tribunal. Assim sendo, a Câmara tinha 10 dias para apresentar recurso, o que significa que não está transitado nem julgado já que poderá ser contestada. No entanto a Câmara apressou-se muito conscientemente a colocar essa dívida como passivo. Nesse sentido, o deputado afirmou entender que Alpiarça sairá prejudicada, já que quando mais dívida apresentar mais será penalizada por ultrapassagem dos índices de endividamento. O deputado referiu ainda que esses níveis de endividamento podem ter várias leituras, porque se existe dívida, ela existe porque se investiu e se fez obra, pelo que o dinheiro foi bem gasto ao ser aproveitado para investimento em favor das populações.

Por último, sobre a dívida a uma cooperativa de Alpiarça [Planotejo], o deputado afirmou entender que existe erro de alguém ao não contestar e aceitar tão facilmente a condenação do tribunal.

Assim sendo, o deputado afirmou a sua intenção de votar contra este relatório de gestão, uma vez que não traduz meramente contas, mas também decisões políticas que podem ser contestadas.

Antes de dar a palavra à deputada Inês D'Aguiar, o Presidente da Mesa fez um ponto de ordem às Bancadas, lembrando que este órgão autárquico é um órgão deliberativo e fiscalizador. Nessa medida, todas as situações que indiciem a ocultação de factos com interesse político ou económico nem sequer devem ser sugeridos nesta Assembleia. A verdade é para ser conhecida e os munícipes têm esse direito. Em relação àquilo que o deputado Fernando Ramalho referiu no que respeita ao conhecimento, a 2 dias do final do ano, de uma decisão judicial que era passível de contestação, o Presidente da Assembleia lembrou que, independentemente de essa contestação ser efectuada, existe a figura da verdade contabilística cujo princípio da prudência diz que, havendo a hipótese de a Câmara ser obrigada a pagar qualquer valor, esse facto deverá ser sempre evidenciado nas contas. Além disso, o Presidente da Assembleia Municipal referiu ainda que é uma obrigação do órgão que representa, garantir que os factos

contabilísticos reflectam a verdade e transmitam a verdadeira situação financeira do Município perante os eleitores.

Intervenção da deputada Inês D'Aguiar que demonstrou a sua estranheza pelas declarações do deputado Fernando Ramalho. As dívidas existem e como tal têm de ser contabilizadas; a deputada não entende que haja outra forma de expor as contas. Sobre a alegada responsabilidade do Executivo por não ter contestado as decisões judiciais, a deputada lembrou que elas não foram contestadas pelo mesmo Executivo que contraiu a dívida, o Executivo do PS. Já em relação às alegações do mesmo deputado de que o investimento foi feito em prol da população, a deputada realçou que não pode haver motivo de regozijo pela obra feita quando existem tantas famílias de tantos trabalhadores das empresas a quem a Câmara adjudicou obras que não receberam os seus salários porque a Câmara não pagou à empresa para quem trabalhavam.

Interveio em seguida o deputado Celestino Brasileiro que realçou o facto de que quando pela primeira vez os documentos de prestação de contas reflectem aquilo que foi a realidade da gestão PS, o Partido Socialista vai votar contra. Pelo contrário, a CDU que durante os últimos 5 anos votou contra porque sempre julgaram que as contas não estavam correctas, vão votar desta vez a favor já que as contas reflectem pela primeira vez a realidade, embora não podendo concordar com as opções políticas que elas espelham.

Intervenção da deputada Graciete Brito que afirmou que este relatório resulta de uma alteração do ângulo de análise sobre as opções de gestão. Assim sendo, percebe-se que as opções de investimento e de melhoria do Concelho de Alpiarça não estão espelhadas no documento. A deputada expressou a opinião de que se deve lançar todas as dívidas, o que não se deve é dramatizar a situação, já que a dívida existe porque se apostou no investimento que permitiu que Alpiarça seja hoje dotada de um conjunto importante de bens. Já em relação à Planotejo, a deputada não entende que se a dívida da Câmara a essa empresa tem de constar, porque é que não tem igualmente de constar as multas que essa empresa não pagou à Autarquia.

Intervenção do deputado João de Brito que estranhou o sentido de voto da Bancada do PS já que entende que este relatório é praticamente uma cópia dos relatórios apresentados pelo PS nos anos anteriores, da mesma maneira que a responsabilidade pelos factos ali apresentados cabe a essa força política, já que o novo Executivo tomou posse nos últimos dois meses do ano e não teve tempo de mostrar o que vale. Nesse sentido, o deputado afirmou ser sua intenção aprovar este relatório, uma vez que não

considera justo reprovar um documento sobre o qual o Executivo não tem responsabilidade.

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara que começou por lembrar que esta questão do limite do endividamento líquido não é uma coisa de somenos e que não tenha depois repercussões na acção do município. A justificar esta afirmação está a comunicação pela DGAL da retenção, por ultrapassagem desses índices, de 419 mil euros do FEF que cabiam ao município, já para 2010. Sendo que quando a DGAL analisar as contas de 2009 vai confrontar-se com uma situação ainda mais insustentável, susceptível de penalizações ainda mais avultadas. A este propósito o Presidente delineou as duas vias que restam à Câmara para resolver este problema: ou a Câmara deixa andar e o governo decreta a Câmara de Alpiarça em situação de desequilíbrio estrutural, impondo um plano de reequilíbrio financeiro, ou é a própria Autarquia decretar o desequilíbrio e a esboçar um plano de saneamento financeiro, sendo que a Câmara vai enveredar por esta segunda via, conquanto gravosa.

O Vereador Carlos Pereira acrescentou que, relativamente à ultrapassagem do limite de endividamento, o limite já tinha sido ultrapassado em 2007, pelo que a Câmara ficou na obrigação de reduzir a dívida em 10% em 2008. O Executivo da altura não só não reduziu como a aumentou em 30%.

Posto à votação, o relatório de gestão foi aprovado por maioria com 10 votos a favor e 6 votos contra da bancada do PS.

O deputado Celestino Brasileiro leu uma declaração de voto em nome da Bancada da CDU (apensa à acta).

O deputado Fernando Ramalho fez uma declaração de voto a título pessoal. Justificou a sua opção de votar contra este relatório porque considera que as contas não reflectem apenas critérios técnicos mas também critérios políticos. Por outro lado, também não lhe parece que a dívida volumosa que existe tenha sido contraída para fins que não tenham que ver com a prossecução daquilo que deve ser o objectivo de uma autarquia local. Todas as autarquias têm dívida e Alpiarça tem mais porque também é dos concelhos mais pobres do país. O deputado acrescentou ainda que considera que nos últimos anos a gestão PS fez milagres por Alpiarça.

Ponto 5 – Apreciação e votação do Regulamento de concessão de auxílios económicos para o Pré-Escolar e 1º ciclo do Ensino Básico.

Intervenção da deputada Graciete Brito, relevando a gravidade da afirmação constante no documento de que a alteração dos procedimentos se deve ao recorrente extravio dos documentos entregues pelos encarregados de educação no Agrupamento de Escolas.

O Presidente da Câmara explicou que se trata de uma informação interna de um serviço da Câmara, embora reconhecendo que a redacção pode não ser a melhor. No entanto, o Presidente pede desculpa se o documento se prestar a mal entendidos. De resto, as alterações decorrem de algumas imposições legais e de uma prática que já é tacitamente reconhecida.

Posto à votação, o regulamento foi aprovado por maioria com 1 abstenção do deputado João de Brito.

Ponto 6 – Apreciação e Votação do documento para formalização do Serviço de Apoio a Bibliotecas Escolares (SABE).

Intervenção da deputada Graciete Brito, que começou por saudar a formalização deste protocolo, estranhando no entanto que o técnico da Biblioteca Municipal responsável pela coordenação deste projecto seja coadjuvado pelo Presidente da Câmara, já que não é função do Presidente da Câmara coadjuvar um técnico. A deputada apontou também a ausência de designação das funções desempenhadas pelas 3 funcionárias nomeadas no documento.

O Presidente da Câmara explicou tratar-se apenas da adaptação da documentação que vem da rede de Bibliotecas à realidade de Alpiarça, uma vez que o documento já vem assim estruturado. Em relação à coadjuvação do Presidente ao técnico, isso acontece por inerência de funções.

Posto à votação, o documento foi aprovado por unanimidade.

Período de Intervenção do Público

Não houve inscrições.

Por último, procedeu-se à leitura da minuta da acta tendo sido aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, foi pelo Presidente da Mesa encerrada a sessão, da qual se redigiu a presente acta. Que vai ser assinada pelos membros da mesa.

Presidente_____

1º Secretário_____

2º Secretário_____